



Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA biênio 2020-2021

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CMMA

Data: 11 DE MARÇO DE 2020

Horário: 09h

Local: Auditório Rovani de Souza Dantas - Parque Natural Municipal dos Pássaros

1. Organização das reuniões (tempo: 30 minutos);
2. Planejamento Estratégico das Propostas da 11ª Conferência Municipal de Meio Ambiente (tempo: 1 hora);
3. Informes Gerais (tempo: 30 minutos).

Conselheiros Presentes:

Sr. Paulo Roberto Goulart Marinho (Titular ABTEHMA)
Sr. Vinicius Barão Soares (Titular AERO)
Sr.ª Lucimara Martins de Souza (Suplente MARE)
Sr. Maycon Nunes Siqueira (Associação Raízes)
Sr.ª Querlen P. de Carvalho (Suplente OAB – 52ªSS)
Sr. Gilberto Moreira dos Santos (Titular Paróquia)
Sr. Uilson Alves da Silva (Titular Rotary Club)
Sr.ª Daniella dos Santos Machado (Suplente Rotary Club)
Sr. Gabriel Fhelipe dos Santos B. Sampaio (Titular SEPE)
Sr. Frederico Muzy (Suplente EMATER)
Sr. Nestor Prado Junior (Titular SEMAP – Presidente)
Sr.ª Mônica Linhares da Silva (Suplente SEMAP)
Sr.ª Eliane Camacho de Moraes (Titular SEMEDE)
Sr.ª Andréa M. R. Costa (Titular SEGEP)
Sr.ª Renata Alessandra de Moura (Suplente SAAE-RO)
Sr.ª Lais Megre W. Cordeiro (Titular PGM)
Sr.ª Débora Figueira Nogueira (Suplente PGM)

Entidades que justificaram suas ausências:

REBIO União/ ICMBio
Consórcio Intermunicipal Lagos São João - CILSJ

Convidados:

Sr. Johnnye R. Abrahão – SEMAP
Sr. Sergio Adriane - SEMUSA
Sr. Hugo Zecchin
Sr.ª Marcia Nonato
Sr. Luiz Carlos Silva – DEFESA CIVIL
Sr. Guilherme Mirakli da Silva – SESEP/OAB
Sr. Robson dos Reis Santos
Sr.ª Kessila Felix da Silva
Sr. Jasper Sanderson - Pé de Prana
Sr. Pedro Barbosa – CMPOP/ AMA BOCA DA BARRA

1. Aos doze dias do mês de fevereiro de 2020, no auditório Rovani de Souza Dantas, às 09h20min, o Presidente, Sr. Nestor Prado Junior, deu início a 1ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA.
2. Considerando que o Conselheiro Gabriel Fhelipe solicitou a inclusão do item na pauta “Organização das reuniões”
3. foi dada a palavra a ele, que apresentou a sugestão de dividir as falas pelo tempo de 3 minutos para cada fala,
4. então, em 60 minutos poderão haver 20 falas, devendo haver um controle rigoroso no tempo, não haver
5. interpelação e comentários durante os 3 minutos de cada fala. Segundo o Conselheiro normalmente os Informes
6. Gerais são no início das reuniões. Sr.ª Eliane ponderou que a questão da organização das falas é válida, um
7. exercício que todos deverão fazer, porém haverá um momento que a pessoa vai querer falar e será difícil esse
8. controle. Quanto aos informes gerais, entende ser melhor manter no final da pauta, pois há uma tendência de os
9. assuntos virarem pauta. Sr. Uilson concorda com o controle sobre o tempo e os informes gerais acredita que não
10. deveria ser um ponto de pauta. Sr. Jasper falou da importância da comunicação com empatia e sugeriu que alguém
11. fique responsável pelo controle do tempo com relógio. Sr.ª Mônica destacou que os “informes gerais” é um espaço
12. de tempo na reunião para divulgação de ações, eventos, solicitação de pautas futuras, etc., se for realizado no
13. início da reunião pode ser algum conselheiro ainda não tenha chegado e ficaria sem a informação. Sr. Nestor
14. concordou com a proposição do Sr. Gabriel, cujo o objetivo é focar no assunto e vai além no respeito ao próximo
15. ao garantir a fala de todas entidades ali representadas. Sr.ª Lucimara observou que naquele pequeno espaço de
16. tempo várias regras já haviam sido quebradas, acha louvável a proposição pois evita que os participantes não
17. extrapolem o tempo, mas ou como seriam colocadas essas regras no Regimento Interno. Sr. Nestor respondeu que
18. poderá ser uma deliberação do CMMA. Sr. Sergio ponderou que organização é fundamental, mas não é possível
19. ser cartesiano em tudo, delimitar o tempo, pautar de acordo com um limite, dependendo do tema 3 minutos serão
20. pouco ou muito. A pauta não deve ser muito extensa para uma reunião de duas horas. Sr. Hugo afirmou que a
21. função do CMMA é deliberativa e consultiva, as câmaras técnicas que devem fazer as discussões mais amplas, e
22. todos devem vir preparados para as reuniões. Sr. Nestor reafirmou que a proposta do Conselheiro Gabriel pautou
23. era relevante, com controle e respeito do tempo das falas, que devem ser concisas, questões relevantes com véis
24. técnico serão convidados técnicos para dirimir quaisquer dúvidas. Em votação a proposta: divisão do tempo do
25. ponto em falas, retirado o tempo para encaminhamento e deliberação. APROVADA PROPOSTA. O Conselho
26. deverá elaborar Resolução para regulamentar a proposta aprovada. Tratando do segundo item da pauta, foi dada a
27. palavra ao Superintendente de Gestão Ambiental, Sr. Johnnye R. Abrahão. Ele afirmou que até aquela data não
28. havia monitoria das propostas das conferências, e iniciou a apresentação de uma proposta de planejamento a ser
29. construída a quatro mãos. Destacou ser necessário priorizar as propostas para haver uma linha de ação, e acredita
30. que em dois anos não se resolve tudo que foi proposto na 11ª Conferência de Meio Ambiente. Apresentou o
31. desdobramento das propostas em ações e ressaltou que o modelo das conferências deve mudar. Existem propostas
32. que repetem assuntos já abordados. Sr. Robson solicitou a palavra e argumentou que esses assuntos não devem ser
33. mais pautados e sim colocar pessoas para resolver e buscar implementar as propostas. Sr. Johnnye acredita ser
34. importante definir um horizonte de planejamento. Às 10:26 o presidente necessitou se ausentar e colocou em
- 35.



Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA biênio 2020-2021

36. votação a aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária. Sendo a mesma aprovada pelos presentes. Continuando sua
37. fala, Sr. Jolnnye delimitou um horizonte de 5 anos para planejamento, lembrando que existem ações e atividades
38. que exigem indicadores para monitoramento e fontes de verificação distintos. Para apresentação ao CMMA,
39. pegou apenas uma proposta de desmembrou em 3 atividades distintas, essa era a matriz proposta e fez alguns
40. questionamentos como: qual será o horizonte? O intervalo de tempo de 2 em 2 anos, ou de 5 anos, e no ano que
41. vem tem outra conferencia e novas propostas, será que esse modelo está atendendo? Sua sugestão é juntar todas as
42. propostas e dividir em objetivos estratégicos, criar um grupo de trabalho/ câmara técnica para focar na construção
43. do planejamento. Existem assuntos que podem entrar em um “guarda-chuva” como p por exemplo o Plano de
44. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS. Necessário também montar um cronograma físico-financeiro, o
45. objetivo de tudo isso é termos uma gestão mais profissional das proposições das conferencias. Na sequencia o
46. senhor Paulo Marinho pediu a palavra e no desenvolvimento da ideia do Superintendente de construir o plano de
47. ação a quatro mãos com o conselho fez as seguintes proposições: 1) criar Comissão Adjunta à superintendência
48. para operacionalizar o plano de ação sobe o aspecto de apresentar sugestões, críticas e dar transparência para o
49. conselho. 2) Apresentou uma visão macro para metodologia de avaliação e hierarquização de riscos tendo como
50. conteúdo as deliberações da última conferência de meio ambiente. O método baseia-se em identificar em um
51. esquema (Ecosistemas, Unidade Básica para o Planejamento da Ocupação Territorial; Negret, Rafael; F. G. V.
52. pág. 11) anexado inserindo no conjunto de vetores de um ecossistema uma Cidade, a saber: Atmosfera, cobertura
53. floresta, matéria orgânica, biomassa, detritos, solos, rochas, minerais, nutrientes disponíveis, intemperismos e
54. novos minerais, compondo a biosfera. Contemplando as diretrizes pontuais da conferência neste conjunto, em
55. relação metabólica com a área urbana, estes vetores interagem em troca de serviços ambientais ou não e fluxos em
56. dupla via de energia. 2.1) Identificados na prática como o caso do: a) usos dos recursos e ciclo hídrico, identificar
57. e estabelecer as trocas possíveis e necessárias como exemplo a balneabilidade, abastecimento público, pesca,
58. inundações, irrigação, etc.b) Resíduos resultantes do caso "a" que devem ser tratados e devolvidos ao ambiente
59. donde foi extraído para reequilibrar a relação de sustentabilidade metabólica entre a cidade e o território. c)
60. produção de alimentos gerados no solo agrícola do território metabolizado pela cidade gerando resíduos, tratados e
61. devolvendo ao campo para melhoria do solo agropastoril. d) Insumos para construção civil, sucessivamente:
62. extração, disponibilização, impactos negativos, mitigação, reequilíbrio da troca de serviços e insumos em uma
63. perspectiva sustentável ou de conservação ambiental. e) Turismo e Lazer, sucessivamente, identificação dos
64. vetores em troca cidade e território e compensação dos desequilíbrios. 3) Assim identificados com base nas
65. diretrizes da conferência, marcar e hierarquizar riscos sobre cada um dos vetores dos ecossistemas impactados e a
66. partir do grau de risco, implementar as ações e os investimentos detalhando os planos de ações. 4) Quanto aos
67. riscos, a título de esclarecimentos: 4.1 Na audiência pública de apresentação do relatório do sistema municipal de
68. gestão de saúde foi identificado e relatado que a segunda maior causa de morbidade do sistema hospitalar se deve
69. a doenças do aparelho respiratório, (antes da pandemia, vale lembrar) e foi reconhecido pela Secretária de Saúde,
70. recomendando que o assunto fosse levado ao conhecimento do sistema de gestão ambiental do município, e é o
71. que faço neste momento; a questão das pneumoconioses, doenças provocadas por poluição ambiental, seja pelas
72. poeiras do material usado para pavimentação das ruas (farofa de pó de pedra e brita) ou pela exposição nos
73. ambientes de trabalho a fumaginas, neblinas e poeiras das atividades de serralherias, serrarias, pinturas veicular e
74. construção civil, marmorarias e etc. Atividades que requerem a licença ambiental e a decorrente fiscalização em
75. sua maioria. Neste caso, descrevo um indicador de risco relevante e robusto. Está também identificado impacto
76. negativo sobre os ecossistemas urbanos naturais como os da APA do Iriry, brita e pó de pedra carreado para o
77. corpo hídrico da lagoa na Zona de Conservação da Vida Silvestre margeando a Avenida Amazonas, ampliando o
78. assoreamento. Também, impacto negativo sobre a cobertura florestal com decaimento da poeira de pó de pedra em
79. grossa camada sobre as folhas da vegetação protegida. Em tempo, pó de pedra rejeito das pedreiras constituídas no
80. município, resíduo perigoso ao qual o gerador deve tratar adequadamente. Ainda, à troca de verbas públicas, pois
81. cada caminhão deste material significa valores financeiros depreendidos pelo município. Assim, com um
82. apanhado de indicadores de riscos condizentes e correlatos; avaliando os riscos atuais, de médio e longo prazo,
83. poderemos estabelecer uma arquitetura em um cenário palpável e exequível de ações coadunadas com o anseio da
84. população, expresso no relatório da conferencia de meio ambiente; calibrando com os recursos operacionais e
85. financeiros disponíveis pela gestão pública municipal, estadual e federal. Outrossim, uma gama de recursos
86. cooperativos e financeiros do Conselho de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Retornando
87. ao Planejamento Estratégico apresentado, o Sr. Gabriel gostou da apresentação e que o planejamento deve ser
88. feito de acordo com o andamento da SEMAP. Apontou que o Conselho não é executivo, essa é uma atribuição da
89. SEMAP, cabendo ao CMMA fiscalizar e opinar nas ações. A questão é muito mais política, o conselheiro acredita
90. que medidas esparsas não serão implementadas, citou como exemplo o Fórum de Saneamento, organizado pelo
91. Projeto NEA-BC, que foi um trabalho perdido. No seu entendimento um plano com duração de 5 anos corre-se o
92. risco de se perder. Afirmou ainda que durante a Conferência, ninguém achou que todas as proposições serão
93. implementadas. Sr. Hugo se colocou à disposição para colaborar como voluntário na câmara técnica. O conselho



Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA biênio 2020-2021

94. discute e delibera, as demandas vão superar as gestões e deve-se trazer para o CMMA, a responsabilidade de
95. cobrar a execução do plano. Sr. Robson mencionou que o entrave é a sequência dos fatos, deve-se levantar e
96. apresentar na conferência o que se avançou no biênio. Sr. Jolnnye argumentou que os cinco anos no planejamento
97. era meramente um exemplo. O PGIRS necessita de um diagnóstico para atacar a coleta, destinação final, etc.
98. também alertou sobre a necessidade de se fazer uma linha de corte nas conferências, talvez as últimas 3, para
99. realizar o planejamento. Sr. Uilson ponderou que planejar é desejável, mas não podemos gastar o tempo somente
100. com planejamento. Falou também sobre a transparência das ações do CMMA, embora já tenha sido solicitado, a
101. página da Prefeitura ainda não foi atualizada. Afirmou ainda que não possuímos política de estado e sim de
102. governo, afinal muda a gestão, muda tudo, projetos são parados. Sugeriu que se elabore um documento e
103. apresentar ao executivo. Sr. Sergio alertou para a necessidade de haver foco, é preciso saber onde se quer chegar.
104. Para ele o foco devem ser o PGIRS e de Plano de Saneamento, pois sem eles as próximas gestões não avançarão.
105. Sr.^a Querlen achou a proposta da matriz de planejamento boa, mais importante que a proposta será sua
106. continuidade, e fazer funcionar independentemente das gestões futuras, se essa gestão conseguir implementar. Sr.
107. Pedro, presidente da associação de moradores da Boca da Barra, conselheiro do POP, necessita de ações, solicita a
108. preservação do manguezal e não possui um elo de ligação para cobrança destas ações. Sr.^a Kessila afirmou estar
109. em parceria com o CEDRO, e irão iniciar uma compostagem e uma horta comunitária, vão receber matéria
110. orgânica somente dos moradores do Nova Esperança para fazer a compostagem, pois não tem como processar um
111. volume maior. Sr.^a Lucimara recordou que anos atrás estava presente naquele local para solenidade de entrega do
112. documento “Pacto pelo Saneamento Básico”, o plano de saneamento até aquela data o município não possuía.
113. Perguntou se foi falha dos outros conselhos. Percebe que a cada gestão são enfrentados diversos problemas, fácil
114. planejar no papel, mas sair dele é que é complicado. Por outro lado, é importante estar no papel, para lembrar a
115. todos e servir de foco. Disse ainda que, participou há muitos anos de um curso de compostagem organizado pela
116. prefeitura, e junto a ong MARE participa de vários eventos e divulga como fazer uma compostagem caseira. Sr.
117. Luiz Carlos da defesa civil pediu a palavra para dizer que estão sem pluviômetros, possuem 10 unidades, porém
118. somente um faz as leituras. Alertou para importância do pluviômetro para se ter a série histórica e como poderá
119. trazer essa demanda para o CMMA, até em função das mudanças climáticas. Destacou ainda que não é só
120. aquisição, mas também manutenção destes equipamentos. Sr. Uilson recomendou que o Sr. Marzzo, responsável
121. pela Defesa Civil Municipal, oficie ao CMMA a solicitação. Alertou que existe também a questão orçamentária.
122. Complementou sua fala afirmando que não podemos ficar dois anos planejando, propôs que os Grupos de
123. Trabalho sejam votados na próxima reunião. Os Conselheiros presentes deliberaram que, serão criadas duas
124. Câmaras Técnicas de acordo com os temas da 11ª Conferência Municipal de Meio Ambiente. Passando para os
125. informes gerais o sr. Jolnnye informou que o processo do PGIRS teve o termo de referência atualizado em agosto
126. de 2019, e o Controle Interno não aceitou a modalidade de licitação técnica e preço, e o processo seguiu com a
127. modalidade menor preço. Paralelo a isso tudo o orçamento municipal até aquela data não havia sido aprovado pela
128. Câmara dos Vereadores, tão logo seja aprovado o processo váia para elaboração do edital e a licitação, diagnóstico
129. e planejamento. Sr. Gabriel questionou se tem como acompanhar, e Sr. Jolnnye afirmou que sim. Seguindo nos
130. informes Sr.^a Mônica recordou que o Plano de Saneamento teve início no final da gestão 2013/2016, com recursos
131. do Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João. Tudo ocorreu no auge da crise do Estado do Rio de Janeiro e
132. todos os processos da Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e do Instituto Estadual do
133. Ambiente - INEA foram paralisados. O município já oficiou duas vezes a SEAS para obter informações sobre o
134. andamento do plano, e obteve como respostas que os processos estão sofrendo auditoria e tão logo seja encerrada
135. dará continuidade a elaboração dos planos. Nada mais havendo a tratar o Vice-Presidente agradeceu a presença de
136. todos e dispensou os presentes às 11h e 55 min. E eu, Mônica Linhares da Silva, lavrei a presente, que será
137. assinada pelo Senhor Vice-Presidente e Conselheiros presentes.
138.
139.
140.
141.
142.
143.
144.

Uilson Alves da Silva
Vice-Presidente do CMMA